

O processo político da BNCC a partir de contextos paralelos à educomunicação

The BNCC political process from parallel contexts to educommunication

El proceso político del BNCC desde contextos paralelos a la educomunicación

Recebido: 23/05/2022 | Revisado: 31/05/2022 | Aceito: 14/06/2022 | Publicado: 26/06/2022

Joseane Maria Vieira da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1386-5180>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: joseane.maria@ufn.edu.br

Taís Steffenello Ghisleni

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5405-9492>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: taisghisleni@yahoo.com.br

Janaina Pereira Pretto Carlesso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8488-1906>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: janaina.carlesso@ufn.edu.br

Resumo

A Base Nacional que norteia os currículos de ensino no Brasil deve estar ligada à formação integral do estudante. Esse artigo teve como objetivo abordar o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular a partir de contextos paralelos à Educomunicação. A problematização do objeto de pesquisa surgiu diante de exigências governamentais para implementação de uma Nova Base Curricular nas escolas de todo Brasil, é nesse panorama que se revela uma falta de relação com vetores pragmáticos, entre as temáticas BNCC/Educomunicação. A essência desta pesquisa descritiva foi pautada em uma metodologia com revisão bibliográfica constante, cuja sua abordagem qualitativa oferecerá fundamentação teórica para posteriores pesquisas quantitativas. Em dois anos de pesquisa, incluindo a coleta de dados, pretendeu-se resgatar e aprofundar aspectos pesquisados nas seguintes bases de dados eletrônicas: SciELO, Google Acadêmico, agregado a materiais bibliográficos e documentais como: livros, artigos científicos, dissertações e documentos nacionais que amparam a BNCC, sendo analisados por meio do método da análise de conteúdo de Laurence Bardin. Do ponto de vista teórico, a leitura e síntese analítica das obras de autores basilares como Barbero, Soares, Santos e Bonin, e Fernandes que foram basilares para o desenvolvimento desta pesquisa, pois são referências que fundamentaram a interpretação dessa metodologia educacional e, destacou-se Melo, Freitas e Alves no contexto crítico ao processo de construção da BNCC. Tais etapas foram essenciais para que se verificasse: vetores da Educomunicação na implementação da BNCC, ausência de diálogo entre teoria (BNCC) e práticas (Educomunicação), ou seja, questões educacionais que deveriam ser equânimes.

Palavras-chave: BNCC; Ensino; Influências internacionais; Políticas educacionais.

Abstract

The National Base that guides the teaching curricula in Brazil must be linked to the integral formation of the student. The present article aimed to approach the process of construction of the National Curricular Common Base from parallel contexts to Educommunication. The problematization of the research object arose in the face of governmental requirements for the implementation of a New Curricular Base in schools throughout Brazil, it is in this scenario that a lack of relationship with pragmatic vectors is revealed, between the BNCC/Educommunication themes. The essence of this descriptive research was based on a methodology with constant bibliographic review, whose qualitative approach will provide theoretical foundations for further quantitative research. In two years of research, including data collection, it was intended to rescue and deepen aspects researched in the following electronic databases: SciELO, Google Scholar, added to bibliographic and documentary materials such as: books, scientific articles, dissertations and national documents that support the BNCC, within a content analysis by Laurence Bardin. From a theoretical point of view, the reading and analytical synthesis of the works of fundamental authors such as Barbero, Soares, Santos and Bonin, and Fernandes, which were fundamental for the development of this research, as they are references that supported the interpretation of this educative methodology and, highlighted, see Melo, Freitas and Alves in the critical context of the BNCC construction process. Such steps were essential to verify: vectors of Educommunication in the implementation of BNCC, absence of dialogue between theory (BNCC) and practices (Educommunication), that is, educational issues that should be equitable.

Keywords: BNCC; Teaching; International influences; Educational policies.

Resumen

La Base Nacional que oriente los currículos de enseñanza en Brasil debe estar vinculada a la formación integral del alumno. El presente artículo tuvo como objetivo abordar el proceso de construcción de la Base Común Curricular Nacional desde contextos paralelos a la Educomunicación. La problematización del objeto de investigación surgió frente a las exigencias gubernamentales para la implementación de una Nueva Base Curricular en las escuelas de todo Brasil, es en este escenario que se revela una falta de relación con los vectores pragmáticos, entre los temas BNCC/Educomunicación. La esencia de esta investigación descriptiva se basó en una metodología con constante revisión bibliográfica, cuyo enfoque cualitativo brindará fundamentos teóricos para futuras investigaciones cuantitativas. En dos años de investigación, incluyendo la recolección de datos, se pretendió rescatar y profundizar aspectos investigados en las siguientes bases de datos electrónicas: SciELO, Google Scholar, sumado a materiales bibliográficos y documentales como: libros, artículos científicos, disertaciones y documentos nacionales que sustentan el BNCC, dentro de un análisis de contenido de Laurence Bardin. Desde un punto de vista teórico, la lectura y síntesis analítica de las obras de autores como Barbero (2000), Alves (2010), Soares (2016), Santos y Bonin (2017) y Soares y Fernandes (2018) fueron fundamentales para el inicio y desarrollo de esta investigación, por ser referentes que sustentaron la interpretación de esta metodología educ comunicativa, y Melo (2000), Freitas (2007), Alves (2010) se destacaron en el contexto crítico del proceso de construcción de la BNCC (BRASIL, 2016) con sus influencias externas. Tales pasos fueron esenciales para verificar: vectores de Educomunicación en la implementación de BNCC, ausencia de diálogo entre teoría (BNCC) y prácticas (Educomunicación), o sea, cuestiones educativas que deberían ser equitativas.

Palabras clave: BNCC; Enseñanza; Influencias internacionales; Políticas educativas.

1. Introdução

No âmbito nacional do processo de construção da Base Nacional Comum Curricular, podemos afirmar que a BNCC veio em resposta às demandas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e ao Plano Nacional de Educação (PNE), a qual deve ser aplicada a toda Educação Básica, é lei e fundamenta-se em Competências Gerais para expressão dos direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes no Brasil.

Analisar as influências nacionais e internacionais que fomentaram esse processo de construção da BNCC é um resgate necessário para o território da Educomunicação, a qual está agregando ações que contribuem para a implementação efetiva da Base em um país multirregional e desigual. Contudo, ainda surgem indagações como: O processo político para construção da Base Nacional Comum Curricular retratou mais os interesses internos ou externos (economicamente)? As influências externas favorecem para um Brasil com Ensino mais globalizado?

O artigo considera as indagações e busca suas respostas, essencialmente, no processo de construção político da BNCC e em vias paralelas à Educomunicação (Educação/Comunicação), fazendo uma busca nas origens dessas duas temáticas. Essa é a dinâmica deste estudo descritivo, buscar os princípios e diretrizes que pautaram a BNCC, os quais foram concebidos a partir da década de 1990 e, até hoje, vem robustecendo ações políticas deliberativas de reformas e mais reformas para Educação no Brasil, positivamente, se não fossem, somente, imbuídos por acordos internacionais em Conferências e Fóruns Mundiais de Educação.

De acordo com Hermann, "A Educação é, por excelência, o lugar do diálogo, portanto o lugar da palavra, da reflexão, que ultrapassa a apropriação dos conhecimentos para nos conduzir à formação pessoal" (Hermann, 2002, p. 95)". Dentro desta análise pedagógica incluiu-se, também, as transformações didáticas e a manipulação de dados sobre o processo de Formulação da Base Nacional Comum Curricular e o surgimento da nomenclatura Educomunicação.

O termo Educomunicação, nasceu da junção das palavras comunicação e educação e tem se expandido desde sua origem nos anos de 1970. Ismar de Oliveira Soares (2016, p. 48), coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP), evidencia que a educomunicação oferece aos docentes e discentes um novo trato de interação na parte educacional, com técnicas oriundas dos meios de comunicação.

Os alunos não estão mais dispostos a serem meros receptores passivos à informação, não obstante, são produtores ativos de mensagens cheias de sentimentos e relevância social, interligando a escola e a sociedade através da criação de um

senso crítico com apoio das tecnologias (internet/mídias sociais). Pode-se fazer uma análise hermenêutica que não existe Educação sem a Comunicação, assim como não existe efetividade da BNCC sem a formação de seus implementadores.

Em paralelo, temos a Educomunicação que continua sendo parafraseada em documentos e diretrizes curriculares como, tv escola, mídias na educação, cultura digital da BNCC. Essa dispersão vem desde a década de 1960, quando os estudos da primeira geração de pesquisadores da área davam enfoque na Folkcomunicação e na Comunicação Popular, uma vez que o homem, sempre buscou uma melhor forma para poder se comunicar com os outros.

De forma categórica, para se chegar a resultados, foi necessário a busca pela relação das mesmas, a BNCC e a Educomunicação, suas origens, as quais foram sendo impetradas e sintetizadas em mais dois artigos consecutivos a este, que darão procedência por meio de referenciais teóricos e quadros informativos. Contudo, foi nesta primeira fase de construção deste primeiro artigo, que se percebeu a necessidade de compreensão e acondicionamento de dados qualitativos sobre o Ensino no Brasil.

Por meio de estudos estatísticos (coleta, organização e interpretação de dados) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no período de 1990 a 2021, objetivou-se em testes de simultaneidade e diferenças entre os assuntos BNCC/Teoria (2017) e Educomunicação/Método (estudos a partir da década de 1990). Mesmo com esse estudo duradouro sobre a Educomunicação no Brasil, todavia, em toda a literatura construída no documento da BNCC, não existe a nomenclatura Educomunicação, somente paráfrases como cultura digital, mídias educacionais e tecnologias da informação.

A Educomunicação do século XXI já é habitual, está inclusive nas comunidades, nos meios de comunicação e em setores da economia, mas ainda nas escolas existe uma ignávia de colocá-la como ferramenta metodológica de ensino. De acordo com Soares (2004):

A Educomunicação define-se como um conjunto das ações destinadas a: 1 - integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação (cumprir o que solicita os PCNs no que diz respeito a observar como os meios de comunicação agem na sociedade e buscar formas de colaborar com nossos alunos para conviverem com eles de forma positiva, sem se deixarem manipular (Soares, 2004, p.1-2).

Esse é justamente o foco da práxis socioeducativa denominada de Educomunicação que exige coragem para trabalhar o espaço escolar como um ecossistema comunicativo aberto, solidário e participativo, permitindo às novas gerações preparar-se para assumir suas responsabilidades com o mundo ao seu redor, a partir do exercício de uma educação midiática e informacional que prepare os jovens para o exercício do direito universal, à expressão do artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Martín-Barbero (2000, 2006 e 2009) em diversas edições se apresenta em confronto a uma questão: o que acontece com a cultura e a sociedade quando as novas mídias deixam de ocupar uma posição apenas instrumental e passam a ampliar e intensificar os espaços/tempos em que a comunicação pode “espessar-se, condensar-se e converter-se em estrutural”? (Martín-Barbero, 2006, p. 54).

Martín-Barbero (2006) se descobre em um novo momento da humanidade, em que nos deparamos com um novo tipo de técnica, cuja peculiaridade reside em constituir o ingrediente estrutural de uma formação globalizada, ou seja, é preciso se ver dentro de um verdadeiro ecossistema:

Estamos diante da emergência de uma “nova figura da razão” que exige pensar a imagem, por um lado, desde sua nova configuração sociotécnica [...] e, por outro, a emergência de um novo paradigma do pensamento, que refaz as relações entre a ordem do discursivo (lógica) e a do visível (a forma), da inteligibilidade e a sensibilidade (Martín-Barbero, 2006, p. 73).

Esse autor aborda sobre um ecossistema global emergente, associado a uma nova economia cognitiva, mas que exige comprometimento e investimento governamental, o qual não apenas define o que é o conhecimento, mas também, especifica os modos, as técnicas e as novas formas de comunicação para se alcançar a produção de novos conhecimentos.

A Educomunicação já faz parte do meio de ensino/aprendizagem, informalmente, nas escolas, nos lares e socialmente, porém não foram estabelecidas metas para utilizá-la como processo metodológico na implementação da BNCC. Comedidamente, existem exigências de um mundo globalizado para uma educação mais integradora e humanizadora.

Dentro de um contexto atual, com marcas históricas, da pandemia provocada pela SARS-CoV-2019, no ensino remoto, professores e estudantes estão superando suas dificuldades de ensino/aprendizagem, mesmo sem letramento digital (BNCC), já está havendo uma metamorfose em alguns educadores, os quais estão tirando suas capas da década de 1960 e transformando-se em educadores do século XXI.

Esse artigo busca relações/transformações, portanto teve como objetivo abordar o processo político da BNCC a partir de contextos paralelos à Educomunicação (educação-comunicação).

2. Contexto da Educomunicação (Comunicação/ Educação)

O termo Educomunicação apareceu pela primeira vez em um artigo no Brasil, escrito pelo professor Ismar de Oliveira Soares em 1998, que naquele momento se referia a um termo que ele estava estudando na Universidade de São Paulo (USP) (Santos e Bonin, 2017).

Todavia, as pesquisadoras Santos e Bonin (2017) relatam que desde a década de 1980 o termo já vinha sendo utilizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para indicar a leitura crítica dos meios (mídias).

Contudo, é importante ressaltar a fase de pioneirismo, que ocorreu a partir das décadas de 1950/1960, na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, o interesse pela mídia-educação apareceu como uma preocupação com os aspectos políticos e ideológicos. Houve uma expoente importância das mídias na vida cotidiana destes países de primeiro mundo, os quais já acenavam mais pela busca da informação sobre a atualidade.

Esses estudos ressemantizam um termo pouco conhecido para criar uma maneira de se referir a um campo em crescimento. Na década de 1970, o termo passou a ser tratado por Comunicação e Educação, ou ainda, como Mídia e Educação. Segundo Bevórt e Belloni (2009), o termo Mídia-educação ainda faz parte de um campo, concernente, novo e com dificuldades para se consolidar.

No Brasil, documentos norteadores aprazem essa inclusão, dando pouca importância na formação inicial, continuada (nunca estagnada) dos profissionais da educação, adicionando muitos obstáculos. Na verdade, são basicamente três demandas da BNCC: implementar, impactar os currículos e cobrar resultados positivos.

Soares (2018) relata as reações da sociedade frente ao novo dispositivo (BNCC): apoio, entusiasmado ou contestação radical, além, naturalmente, de uma indisfarçada indiferença, movida pela gravidade da crise político-econômica em que o país está mergulhado (Soares, 2018, p. 02).

Pode-se observar na análise de autores críticos à BNCC e à realidade da Educação Brasileira que existe uma ausência de preocupação dos gestores públicos com a formação das novas gerações para a apropriação e criação de novas tecnologias de informação e comunicação. Mello (2000) reforça que a democratização do ensino vem dentro de um contexto da modernização da economia:

A democratização do acesso e a melhoria da qualidade da educação básica vêm acontecendo num contexto marcado pela modernização econômica, pelo fortalecimento dos direitos da cidadania e pela disseminação das tecnologias da

informação, que impactam as expectativas educacionais ao ampliar o reconhecimento da importância da educação na sociedade do conhecimento (Mello, 2000, p. *on-line*).

A indefinição de políticas públicas e insuficiência de recursos para ações e pesquisas na área da mídia-educação, conflitos conceituais levando a práticas inadequadas, como abordagens baseadas nos efeitos negativos das mídias que tendem a bani-las da educação, em vez de buscar a compreensão das implicações sociais, culturais e educacionais e a mais enganadora de todas, integração das mídias à escola de modo meramente instrumental.

A Educação para as Mídias ou Mídias na Educação é um programa de educação a distância do Ministério da Educação (MEC), o qual se expandiu em 2012, com estrutura modular. Esta especialização foi provida, primeiramente, pelas Universidades Federais, as quais visavam proporcionar formação continuada para os professores por meio do uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação.

Foram inseridos estudos aplicados sobre o uso da TV e vídeo, informática e rádio para certo público-alvo que foram os professores lotados na TV escola da Educação Básica da rede pública. A integração das mídias à escola, de modo geral, ficou, simplesmente, instrumental, pois somente professores da extinta sala da TV Escola eram liberados para fazer o curso.

Soares (2011) vai além destes conceitos separados de mídia-educação, como ocorre nas escolas atualmente, em seus estudos indaga e expõe que a Educomunicação é a *Interface*, esta vai além da junção entre as áreas de comunicação e educação e não poder ser somente técnica, mas deve ser reconhecida como uma nova área com conceitos e ideias próprias que além da reflexão de teóricos e pensadores também reflete práticas de cidadania na comunidade educativa:

A Educomunicação, ao reconhecer e codividir com preocupações, da educação, relacionadas à produção midiática, situa-se a partir de seu lugar específico, que é a interface. Reconhece, em primeiro lugar, o direito universal à expressão, tanto da mídia quanto de seu público. No caso, mais especificamente o direito do público, levando em conta que o sistema vigente desconsidera esta hipótese. Em decorrência, fará todo esforço necessário para ampliar o potencial comunicativo dos membros da comunidade educativa e – no contexto de seu espaço privilegiado, que é a escola – de todos os membros desta comunidade, sejam docentes e discentes, ou, ainda, a comunidade do entorno (Soares, 2011, p.17).

Foram mais de três décadas, para que o potencial da Educomunicação ganhasse visibilidade, mais fortemente durante a pandemia do Covid-19 quando a tecnologia passou a fazer parte da vida das pessoas para que a economia não parasse e a comunicação se tornasse possível. Isso vale tanto para as relações econômicas e profissionais, quanto para as relações pessoais na escola, entre professores e estudantes.

Santos e Bonin (2017, p. 157) reforçam que “o avanço da tecnologia provoca mudanças na estrutura social e atinge diretamente a área da educação. Há uma tentativa por parte das escolas em incorporar esses novos recursos, porém nem sempre de maneira produtiva”. O problema é que muitas vezes as instituições até adquirem a tecnologia, mas ainda falta muito em capacitação para que as práticas de ensino possam ser ampliadas de forma suficiente.

No decorrer destes dois últimos anos (2020-2022), período desta pesquisa, vários caminhos foram trilhados e descobertos, dando-nos a ciência de que a tecnologia já impacta a educação de forma permanente.

O marco histórico para a Educomunicação foi em agosto de 2021, quando a Academia Brasileira de Letras (ABL) legitimou o termo “Educomunicação”, este passou a figurar na nova edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (6ª edição - VOLP) disponível exclusivamente na versão *on-line* no *site* da ABL e pelo aplicativo oficial.

Nessa 6.ª edição contou com 382 mil entradas, mil palavras novas, incluindo a Educomunicação. A definição consta a seguir:

1. Conjunto de conhecimentos e ações que visam desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais (escolares), não formais (desenvolvidos por ONGs) e informais (meios de comunicação voltados para a educação), mediados pelas linguagens e recursos da comunicação,

das artes e tecnologias da informação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão.

2. Formação e atividade profissional do educador, relacionadas ao estudo e aplicação desses conhecimentos (Educomunicação, 2021, p. *on-line*).

O dicionário VOLP (2021), reforça que “a criação, o uso e a difusão de uma nova palavra ou expressão vêm da necessidade que temos de nomear algo que faz parte da nossa realidade ou que nossa inteligência e percepção foram capazes de identificar com mais intensidade”.

Esse conceito é importante, já que, conforme o Departamento de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo, “os esforços do departamento vêm sendo reconhecidos e legitimados através da adoção do conceito e da prática da educação como política pública, nos âmbitos do legislativo e do executivo, nos níveis federal, estadual e municipal” (USP, 2021, p. *on line*).

Todos esses acontecimentos nos remetem ao entendimento de que as novas tecnologias têm mudado, radicalmente, o ambiente escolar. Se os professores não conseguirem acompanhar esse ritmo crescente das Tecnologias da Informação e da Comunicação Social (TICS), começarão a ter problemas na integração aluno/sociedade” (Santos e Bonin, 2017, p.157).

O contexto da vida vai transformando as necessidades, prova disto é o curso da USP: "Educomunicação pelas ondas do rádio", que nasceu em 2001, com uma grade curricular com 100 horas de duração, para atender a 12 mil professores, alunos e membros das comunidades educativas de 455 escolas da Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo.

O Educom na Revista Magistério (2020) confirma que: “As iniciativas para construir uma cultura educacional na Rede só são possíveis por meio da formação continuada dos profissionais da Educação” (Magistério, 2020, p. *on line*).

A implantação do Projeto Educom.Rádio, na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, integra especialistas na área para ampliar o seu repertório das linguagens de comunicação e suas tecnologias para ampliar as suas práticas. Desde 2004, a cidade de São Paulo já executa a Lei 13.941. Essa prática foi regulamentada pela Universidade de São Paulo (2005):

Em nível federal, o Ministério do Meio Ambiente adota, desde 2005, o paradigma educacional como orientação para seu programa de educação ambiental. Em 2010, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) reafirmou esta política [...] O Ministério da Educação incluiu entre os macrocampos do Programa Mais Educação o conceito da educação, como opção de registro para a outorga de auxílio na implementação de projetos inovadores no ensino médio, atendendo, até o momento, mais de 3.500 escolas em todo o país. A Licenciatura em Educação, instalada em fevereiro de 2011, representa a mais importante contribuição do Departamento de Comunicações e Artes (CCA) para a área da graduação da ECA/USP (Decreto nº 46.211/2005) (USP, 2021, p. *on line*).

Com a explanação do contexto, vale reforçar que a Educação é entendida pela ABPEducom como:

Um Paradigma orientador de práticas sócio-educativo-comunicacionais que têm como meta a criação e fortalecimento de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos nos espaços educativos, mediante a gestão compartilhada e solidária dos recursos da comunicação, suas linguagens e tecnologias, levando ao fortalecimento do protagonismo dos sujeitos sociais e ao consequente exercício prático do direito universal à expressão (Abpeducom, 2021).

Para Santos e Bonin (2017, p. 151) “a Educação é um conceito aplicável na prática diária de sala de aula, e que ela pode ser parte do Projeto Político Pedagógico (PPP), assim como dos Planos de Ensino da Escola, servindo de base para uma educação que perpassa o meio social em que o aluno vive de forma a inseri-lo como agente fundante do seu processo de ensino-aprendizagem”.

Aos poucos o conceito foi se expandindo e, em 2009, foi aprovado na USP o primeiro curso de Licenciatura em Educação, que iniciou em 2011 e abriu portas para a primeira turma do Curso de pós-graduação lato sensu em

Educomunicação. No Brasil, ainda existem poucos cursos específicos e disponíveis na área da Educomunicação, com duas vertentes distintas, o bacharelado e a licenciatura.

O bacharelado é oferecido pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na cidade de João Pessoa (PB) e a licenciatura é oferecida pela Universidade de São Paulo (USP), na cidade de São Paulo. É um grande desafio para o Ensino no Brasil inserir práticas concebidas pelo termo “Educomunicação”, pois as políticas públicas estão em resistências, por distintas razões que envolvem setores da economia e do capital público, perpassando por programas e políticas de formação (inicial e continuada). Freitas (2007) nos lembra de que:

Quais forem as “saídas”, elas certamente não virão na direção que os setores progressistas, atualmente, capitalistas e liberais, almejam sem luta e resistência, na direção de construir processos de formação com qualidade elevada, fundada na concepção sócio-histórica do educador e nas necessidades do educando. Continuamente, temos entraves entre o que garantem as leis e o que se concretiza na realidade. Temos leis que avalizam o investimento na formação continuada, mas ela se fragmenta e se dispersa no Congresso Nacional (Freitas, 2007, p. 1225).

Na Revista *Magistério* (2020, p. 18) evidencia que “É importante lembrar que no Brasil, nos últimos 18 (dezoito) anos, mais de 370 pesquisas (dissertações de mestrado e teses de doutorado) se voltaram para o tema, em mais de 100 centros de pós-graduação”. É um desafio que será legitimado pelo conceito Educomunicativo que vem alcançando nesta pandemia, tanto em nível internacional, quanto nacional. Vale lembrar aqui, duas produções científicas que identificaram o sentido profundo das transformações ocorridas na Rede Municipal de Ensino em São Paulo: em 2010, uma delas foi publicada, na Itália, o livro de Isabella Bruni, intitulado “A Educomunicação brasileira sobre as ondas da rádio” (*L'Educomunicazione brasiliana sulle onde della radio, 2010*). Bruni (2010) defendeu, na Universidade de Roma, que o que caracteriza o conceito da importância das mídias, no Brasil, é seu potencial, no sentido de favorecer uma gestão dialógica e participativa das relações destas no ambiente escolar.

Além desta memorável produção acadêmica, no Brasil, temos outra, a Tese Doutoral que teve como título: “Educomunicação e as práticas pedagógico-comunicacionais da avaliação formativa no ensino básico” (ECA/USP, 2016) de Luci Ferraz de Mello, a qual comprovou, em 2016, a incidência da prática educacional na vivência curricular das escolas do município de São Paulo, especialmente em sua aproximação ao universo das tecnologias.

A pesquisa desses relatos históricos é fundamental, pois evidencia a necessidade de se expandir as práticas educacionais no Brasil e reivindicar Políticas Públicas Educacionais que criem condições para formação docente, e que esta ocorra, além da leitura crítica das habilidades e competências da Base, a formação de práticas para se implementar a educação em todas as áreas do conhecimento da BNCC.

3. Metodologia

A pesquisa realizada caracteriza-se como bibliográfica e documental de abordagem metodológica qualitativa. A coleta dos dados foi realizada no período de dois anos, iniciada no segundo semestre do ano de 2020. Os materiais bibliográficos utilizados neste estudo foram artigos eletrônicos nacionais e internacionais, livros, dissertações, teses, legislações e documentos da BNCC. A busca dos artigos foi realizada nas seguintes bases de dados eletrônicas: *SciELO*, *Google acadêmico (GA)* e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), sendo utilizados os seguintes descritores: BNCC, Cultura Digital, Educomunicação, Formação Docente.

De posse dos artigos, realizamos uma revisão narrativa, que segundo Correia e Mesquita (2014) é quanto temos como base alguns trabalhos sobre o assunto que é foco da pesquisa e a partir deste corpus é realizada uma leitura seguida de resumos que atualizam o conhecimento estudado.

Para discorrer sobre o processo documental e bibliográfico da BNCC e a Educomunicação, fez-se necessário uma investigação em informações sobre reformas educacionais (MEC) a serem implementados até 2030 e nos mapeamentos de dados (PNE, LDB, DCN's, INEP, CONSED), além de utilizar fontes constituídas por livros e artigos científicos que apoiam o ensino por meio da Educomunicação, e, também, orientações resultantes de Seminários e Fóruns Internacionais para a Educação Básica.

Após o período de coleta de dados, seguidamente, foi realizada a etapa de análise de dados, sendo utilizado o método de análise de conteúdo da Laurence Bardin (2006) seguindo as três etapas básicas. O método de análise dos dados nessa pesquisa seguirá os sugeridos por Bardin: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material e 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A seguir, no próximo tópico, serão apresentados os resultados e discussões que foram organizados nas seguintes categorias: O processo político da BNCC; O contexto da Educomunicação (comunicação/ educação).

4. Resultados e Discussão – Processo Político da BNCC

A Base Nacional Comum Curricular é uma Política Educacional que traduz e explica as competências específicas e as habilidades de cada área de conhecimento no Ensino Básico. Escrita por uma equipe de 116 especialistas indicados por Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e por Universidades, os quais analisaram documentos curriculares, diretrizes educacionais com o objetivo de unir, em um só documento, parâmetros que devem conduzir a elaboração de currículos escolares nacionais.

A BNCC é obrigatória e está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional da Educação. Um pouco do seu resgate histórico é necessário para que se entenda a construção deste documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos deveriam desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Os principais marcos da construção e implementação da BNCC originam-se da Constituição de 1988 (Artigo 210 da Constituição) que prevê a criação de uma Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental. Na sequência, em 1996- a Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 26, determina a adoção de uma Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica. Um ano depois, 1997, as Diretrizes Curriculares Nacionais reforçam, em seu artigo 14, uma Base Nacional Comum Curricular para toda a Educação Básica e a define como “conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas (...)”. Amparadas no Artigo da DCN:

Artigo 1º- A presente Resolução define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir à democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica (Brasil, 2010, p.01).

Contudo, bem antes de se definir tais políticas públicas no Brasil, organizações internacionais, num contexto global, já difundiam um conjunto de orientações para a Educação, principalmente, para os países em desenvolvimento, Morrow e Torres assim transcrevem:

[...] las organizaciones bilaterales y multilaterales (fundamentalmente el rol en la educación del Banco Mundial Y la UNESCO) tienen una fuerte presencia en la formulación de la política educacional, además de en los contextos de austeridad financiera y de las reformas estructurales de las economías. (Morrow e Torres, 2005, p. 48).

Ao analisar as metas e dados da Educação Brasileira de alguns anos atrás, foi possível visualizar o empenho da Economia Internacional para que o Brasil investisse na Educação Básica por meio da implementação de propostas desenhadas por organismos internacionais para a construção de uma nova Base, a BNCC.

Ismar Soares (2016) em seu artigo “A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico” alerta sobre essas influências internacionais:

Segundo os pesquisadores, o discurso majoritário em torno da definição de uma base nacional comum curricular abriga uma grande heterogeneidade de pensamento, evidenciando interesses camuflados. Um desses interesses em jogo pretenderia ver facilitado o processo de produção, comercialização e distribuição de materiais didáticos, voltados a suprir, de uma só vez, todo o sistema de ensino do país, carreado para alguns poucos conglomerados do setor editorial (parte deles nas mãos do capital internacional) as inversões governamentais destinadas a subsidiar a educação pública (Soares, 2016, p. 15).

A intenção dessa pesquisa, também, foi de argumentar o caráter homogêneo das orientações para países signatários que foram inseridas a partir de 1980, com o enfraquecimento da UNESCO, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) assumiram a liderança na pressão econômica e, também, no cenário político/educacional dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Uma educação de qualidade é primordialmente refletida na qualidade política e econômica de um país, contudo não se pode aceitar o oposto, ou seja, que a economia (dívida externa) deva determinar o que se passa na educação. Ao contrário, como sustenta Fernando José de Almeida, “A educação não tem como finalidade servir à economia, e sim ser a indicadora dos caminhos da economia. Não deve ficar de costas para ela, mas não precisa ser sua escrava, nem ter pragmatismo tal que seus índices de eficácia sejam medidos pelas taxas de crescimento econômico (Almeida, 2006, p.15).

É histórico para nosso país a pressão dessas organizações internacionais. Desde a década de 80, observa-se que algumas exercem mais domínio que outras, como por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (dívida externa) e a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), em específico, para os países signatários, como é o caso do Brasil que concordou com demandas e conteúdos designados por estas lideranças mundiais (financeiras).

Tais orientações foram conciliadas a partir de 1990, com a Conferência Mundial de Educação para Todos (EPT), realizada em Jontiem, na Tailândia, e, reiteradamente, em Dakar, no ano 2000. A EPT é considerada um grande marco das políticas educacionais, pois teve como objetivo a revitalização do compromisso mundial de educar todos os cidadãos do planeta.

Em 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil que prevê, em seu Artigo 210, a Base Nacional Comum Curricular, dando início a um longo processo político para melhorar o Ensino Básico. Confira o Quadro 1.

Quadro 1 – Cronologia do processo político para BNCC - EI/EF/EM.

1988	– É promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil que prevê, em seu Artigo 210, a Base Nacional Comum Curricular.
1996	– Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu Artigo 26, regulamenta uma base nacional comum para a Educação Básica.
1997	– São consolidados, em dez volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, apontados como referenciais de qualidade para a educação brasileira.
1998	– São consolidados, em dez volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano.
2000	– Lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em quatro partes, com o objetivo de cumprir o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor.
2008	– Instituiu Programa Currículo em Movimento que busca melhorar a qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento do currículo da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio. Finalizou em 2010.
2009	– Aprovação da Emenda Constitucional nº 59, o governo brasileiro propôs a ampliação da Educação Básica, dos quatro aos dezessete anos de idade.
2010	– Divulgada a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. A Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
2012	– Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa com a Portaria n. 867, de 04 de julho de 2012.
2013	– Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a LDB n. 9394/96, diz que as crianças com 4 anos devem ser matriculadas na Educação Infantil.
2014	– Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que regulamenta o Plano Nacional de Educação com vigência de 10 (dez) anos.
2017	Em abril de 2017 – o MEC entregou a versão final da BNCC ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O ministro da Educação na época era Mendonça Filho. 20 de dezembro de 2017 – a BNCC foi homologada por Mendonça Filho.
2018	02 de abril de 2018 – o MEC entregou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a 3ª versão da BNCC do Ensino Médio. 14 de dezembro de 2018 – o novo ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou o documento da Base Nacional Comum Curricular para a etapa do Ensino Médio.

Fonte: Brasil (2018).

Embora o avanço na consolidação de Leis que melhoraram o acesso à Educação Básica, no Brasil, entre os anos de 1990 e 2000, ainda era imprescindível a inclusão das crianças de seis anos de idade, dos setores mais carentes da sociedade, devido ao fato de que as crianças de seis anos, privilegiadas economicamente, já se encontravam incorporadas ao sistema de ensino no Brasil.

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59 (Brasil, 2009) e da Lei nº 12.796 (Brasil, 2013), o governo brasileiro propôs a ampliação da obrigatoriedade da Educação Básica, dos quatro aos dezessete anos de idade, determinando em lei a ampliação da abrangência dos programas suplementares para todas as etapas do ensino básico. Somente em novembro do ano de 2014, a BNCC entra no Plano Nacional de Educação- PNE, o qual define a BNCC como estratégia para alcançar as metas 1, 2, 3 e 7, respaldadas nos seguintes artigos e diretrizes:

Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PNE:

I - erradicação do analfabetismo

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; (...) (Brasil, 2016, p.12).

Somente em novembro do ano de 2014, a Base Nacional Comum Curricular entra, literalmente, no Plano Nacional de Educação- PNE, o qual define a BNCC como estratégia para alcançar as metas amparadas nas diretrizes I, II, III e VII. E em 2015, surgiu a primeira versão para consulta pública. O MEC instituiu (Portaria Nº 592), junto com o Conselho Nacional de

Secretários de Educação – CONSED e à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, dirimindo o grupo de redação responsável pela primeira versão da BNCC.

Em julho desse mesmo ano, em Brasília, aconteceu o I Seminário Internacional sobre a BNCC, no qual, especialistas nacionais e internacionais compartilharam e debateram experiências de construções curriculares. Dois meses depois, em setembro, o MEC publica o texto da primeira versão da BNCC. E, em outubro do mesmo ano (2015), o texto da primeira versão entrou em consulta pública em uma plataforma online, acessível para toda a sociedade. A BNCC começou, de forma súbita, a ser discutida e debatida durante os governos de Dilma Rousseff (2015-Impeachment) e Michel Temer (2016-2018).

O Brasil, mesmo com a economia abalada (crise financeira e política) e mais um impeachment de governo incluído em seu histórico, ainda recebeu milhares de contribuições da sociedade para o documento final da BNCC em consultas e audiências públicas. A sociedade participou com mais de 12 milhões de contribuições na primeira versão (2015), sendo que metade delas vieram de 45 mil escolas. A consulta *online* da primeira versão foi encerrada com mais de 12 milhões de contribuições da sociedade civil, professores, escolas, organizações do terceiro setor e entidades científicas, originando então a segunda versão (2016) que abrangesse as contribuições.

Em 2016, a segunda versão viajou por todos os estados, através de seminários estaduais, organizados pela Consed e Undime, cerca de nove mil pessoas, entre educadores e alunos, debateram o documento. As contribuições da consulta pública foram sistematizadas por uma equipe da Universidade de Brasília, que as encaminhou para o grupo de redatores do MEC que, finalmente, divulgou a segunda versão da BNCC.

Com a formatação da segunda versão da BNCC, o MEC instituiu (Portaria Nº 790/2016) criando o Comitê Gestor da BNCC e Reforma do Ensino Médio para acompanhar o processo e encaminhar a proposta final do documento.

O Ministério da Educação, em portaria publicada nesta quinta-feira, 28, instituiu o Comitê Gestor da Base Nacional Comum Curricular e Reforma do Ensino Médio. O colegiado surge para acompanhar o processo de discussão da segunda versão preliminar da Base e deve encaminhar ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a proposta final do documento, além de contribuir com subsídios para a reforma do ensino médio. Entre as atribuições do comitê estão as de acompanhar os debates sobre o documento da Base a serem promovidos nos estados e no Distrito Federal até agosto próximo; convidar especialistas para discutir temas específicos da proposta em discussão; sugerir alternativas para a reforma do ensino médio; propor definições, orientações e diretrizes para a elaboração da versão final e implementação da BNCC e sobre a reforma do ensino médio- MEC Portaria nº 790/2016 (Brasil, 2016, p.16).

A reformulação estrutural do Ensino Médio concomitante à discussão da segunda versão da BNCC (2016) fez com que a terceira versão (2017) do documento fosse proposta com características e orientações distintas no processo de elaboração paralelo, mesmo sendo partícipes de uma mesma política.

Estes são alguns relevos de um processo de altos e baixos na disputa política em torno do projeto formativo da Educação Brasileira, marcadas por interesses econômicos, individuais e coletivos que influenciaram na construção do documento de Base Nacional Comum Curricular.

A quem interessa e/ou interessou esse tipo de escola? Interessou e continua interessando aos grupos hegemônicos defensores e beneficiários do livre mercado, que acreditam que a escola deve servir a esse modelo de sociedade e preparar indivíduos para alimentá-lo, não só por meio da produção de mão de obra qualificada, mas também de subservientes para a vida social. Na contramão desse cenário, políticas públicas de democratização do acesso das classes populares à escola básica têm alterado essa lógica, ainda sob o risco de obstáculos reais, porque o acesso foi garantido, mas a terminalidade da etapa ainda constitui grande desafio para todos os envolvidos na educação pública (Soares; Fernandes, 2018, p. 71).

No dia 22 de dezembro de 2017, foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, que instituiu e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da

Educação Básica. Lembrando que a BNCC aprovada se refere à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, sendo que a Base do Ensino Médio foi objeto de elaboração e deliberação posteriores.

Por fim, a BNCC foi homologada pelo MEC, em 2017, e passou a ser obrigatória em todo o Brasil com a implementação até 2019, tanto para o Ensino Público quanto para o Ensino Privado. O texto da BNCC sugere como as competências e habilidades podem ser desenvolvidas em diálogo com a educação integral e o projeto de vida dos estudantes, com o apoio de temas e objetos do conhecimento diversos.

Nessa perspectiva, os pressupostos finais do documento do MEC, BNCC (2017), permitiram somente elos de ponto de partida ao ideário educacional,

Há que se considerar, ainda, que a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas. Em decorrência do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e do crescente acesso a elas pela maior disponibilidade de computadores, telefones celulares, tablets e afins, os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores. Os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil. Por sua vez, essa cultura também apresenta forte apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressões mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar (Brasil, 2016, p.59).

Diante da análise em vários artigos de Educomunicadores e autores como Soares e Fernandes (2018) percebe-se como a prática educacional encontra-se espelhada em pontos específicos da proposta de reforma do ensino básico apresentada à consulta pública, entre 2015 e 2017. A BNCC relata o protagonismo educacional quando cita em seus documentos: “Por sua vez, essa cultura também apresenta forte apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressões mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar (Brasil, 2016, p.59).

Mesmo com a participação em massa de educadores, pois foram recebidos de 12 (doze) milhões de observações e sugestões de internautas (*on-line*) que se debruçaram sobre o projeto com expectativas boas em relação à redação do documento, a versão final da BNCC não estabeleceu uma aplicação do Ecossistema Educacional.

Essa falha na inovação de metodologias na Educação Básica implicará na criação e/ou ampliação de um ambiente de interações comunicacionais aberto, democrático e equitativo na Educação. Baccega (2014) enfatiza essas implicações quando relata a competência das instituições de ensino:

À Escola compete, portanto, capacitar o aluno para não apenas 'mover-se na sociedade', seguindo 'o que e como deve sentir e fazer', mas, sobretudo, ter condições de mover, de modificar esse mesmo ambiente, o que só pode acontecer a partir da ressignificação dos sentidos, da reconstrução das 'normas e regras' prescritas (Baccega, 2014, p. 195).

O documento do MEC abre possibilidades para o “pensar” nas práticas educacionais pedagógicas quando cita a cultura digital/tecnologias, as quais legitimam o diálogo por meio da opção pelo convívio humano/social que deve existir no ambiente escolar, porém com atividades fixas e planejadas, onde deveria, neste lugar, fomentar o encontro consigo e com o outro a partir do processo dialógico da evolução tecnológica que os envolvem, além da mediação cultural, a expressão participativa e colaborativa entre os diversos sujeitos e meios envolvidos no fazer educativo.

É fato que o mundo (a Economia) avança com a velocidade das tecnologias, todavia, mesmo a Base Nacional Comum Curricular estando pronta e aprovada no papel, o docente precisa de Políticas Públicas para sua Formação Continuada por meio da exigência e atualização de novas competências e habilidades digitais. Urge a demanda por essas novas práticas educacionais.

A definição de “novas competências” ou “competências digitais” se refere à utilização segura e inteligente das novas tecnologias digitais de informação e comunicação para resolução de dificuldades de aprendizagem, porém, igualmente, em todas as esferas da vida não somente do alunado como, também, do professor.

De acordo com as análises dos autores estudados nesta pesquisa, a Educomunicação é uma premissa indispensável para crescente exigência de competências digitais no meio pedagógico. A BNCC (2017) procura atualizar o currículo do Ensino Básico Nacional com meios pontuais de habilidades e competências, mas isso não basta.

O mundo pedagógico, antes, precisa de premissas modernas indispensáveis, não somente as novas gerações serão capazes de conviver com práticas imaterializadas, os docentes, profissionais da Educação já consomem, amplamente, as novas tecnologias e a internet de forma habitual, todavia, as políticas públicas não chegaram para adequar o Currículo Profissional do Professor.

Mello (2000), há mais de vinte anos atrás já alertava para uma desvalorização profissional do professor:

A única e importante vantagem do modelo atual é sua sustentabilidade financeira. As grandes universidades públicas federais e estaduais, nas quais o custo aluno é alto, dedicaram-se muito mais, proporcionalmente, às carreiras superiores “nobres” como medicina, engenharia, direito e arquitetura. Entre essas carreiras, nunca foi incluída a formação de professores para a educação da maioria. Por essa razão, há várias décadas os futuros professores, geralmente originários das camadas médias e médias baixas, arcam com os custos da própria formação profissional no setor privado ou recorrem ao ensino superior estadual, quase sempre de custo e qualidade inferiores ao federal ou aos estaduais “nobres” (Mello, 2000, p. 101).

Autores atuais consideram que não se deve reter essa demanda de práticas digitais aos cargos de cientistas, pesquisadores de Institutos Federais de Educação ou desenvolvedores de softwares, pois hodiernamente, essas exigências do uso de novas tecnologias são cobradas para diferentes profissões, as quais não somente os futuros cidadãos, mas o presente aluno e professor do ensino básico precisaram utilizá-las.

Há exigência do mercado de trabalho por comportamentos digitais que estão inseridos na Educomunicação, pois esta acompanha a evolução da tecnologia, já os escritos da BNCC (2017) permitem apenas reticências para um conjunto de características (conhecimento, habilidades e atitudes) que ajudam o educando no desenvolvimento de atividades.

O documento (BNCC, 2017) precisa abordar os eixos profissionais de quem vai colocá-la em prática nas salas de aula, ou seja, os implementadores. É necessária a compreensão dos Políticos, Governantes e Gestores Educacionais, Poderes Legislativo e Executivo que pessoas, decididamente docentes e discentes, já possuem alguma competência digital (educadores) e que são capazes de transitar por diversos contextos, porém é necessário o tempo para a capacitação.

A facilidade destes atores educacionais em permear pelo conhecimento e uso de novas ferramentas para desenvolvimento de um melhor trabalho, utilizando o conhecimento vivenciado na conversão positiva de técnicas concretas é que deve ser ratificado na Base Nacional Comum Curricular como um meio pedagógico que melhora o seu ambiente de trabalho sem se eximir dos conhecimentos globais.

O grau de competitividade da Indústria do trabalho não espera por pessoas desatualizadas, mas por pessoas que conseguem avaliar de forma crítica as tecnologias digitais existentes para o bem ou para o mal da globalização, que vá além do medo da mudança de comportamento de consumo de forma rápida, extraviada para um crescimento sustentável. Estas são algumas das infinitas aplicações e possibilidades da Educomunicação que deveriam estruturar a versão final da BNCC (2017).

O professor Ismar Soares (2018) em seu Artigo “Inovação na Gestão e nas Práticas Pedagógicas” coloca à tona o temor dos implementadores da BNCC:

1 – A proposta da BNCC e as reações que provocou como é do conhecimento dos educadores brasileiros, o Ministério da Educação definiu em dois anos - a partir de dezembro de 2017 - o período para a implantação da nova Base Nacional Comum Curricular. A obrigatoriedade de inaugurar uma reforma de tão grande alcance, em tão

pouco tempo, deixa certa sensação de insegurança que preocupa muitos pesquisadores da área, gestores de redes municipais de ensino ou mesmo de professores dos diferentes níveis e áreas da docência, no ensino básico (Soares, 2018, p. 01)

A Base propõe inovações e estratégias metodológicas que colaboram para o trabalho integrado e contextualizado nas áreas do conhecimento, como: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e cita exemplos de objetivos de aprendizagem que são paralelos à Educomunicação. Todavia, quais as grandes dificuldades em implementar essa Política Educacional e por que a Educomunicação não foi inserida nesta mudança na Educação Brasileira?

As respostas continuam em construção e debate no próximo artigo para correlacionar os conteúdos da BNCC (2017), homologada no ano de 2018, com os apontamentos obtidos sobre o reconhecimento da Educomunicação, agora democratizada no âmbito do Ensino Brasileiro. Com o intuito de verificar se a BNCC aponta e/ou orienta os professores na utilização da Educomunicação com vistas à garantia de uma formação ampla e integral dos estudantes brasileiros.

5. Considerações Finais

A análise do estudo apontou que diante de uma pandemia provocada pela COVID-19, é importante mostrar a Educomunicação como ferramenta implementadora da Base Nacional Comum Curricular, inserida nos espaços de ensino desde 2019. A utilização dos instrumentos educacionais como método de ensino é bastante eficaz em uma geração que já nasceu com a tecnologia em mão, os smartphones.

A Educomunicação é um campo de convergência entre a Base Nacional Comum Curricular (teoria) e sua implementação (prática), surgiu no Brasil, a partir dos anos 70, pela forma de inovação em aulas da Escola de Comunicação e Artes da USP (Universidade de São Paulo). Autores como Barbero, Paulo Freire e Ismar Soares foram fundamentais para o início desta pesquisa sobre a metodologia educacional e, destacamos, Freitas e Alves no contexto do processo de construção da BNCC e suas influências externas no Ensino Brasileiro.

A BNCC tem como objetivo formar cidadãos críticos, contudo, não revela os materiais a serem produzidos pelos estudantes para se tornarem tais. E dessa forma, não mostram estratégias para resgatar o interesse dos alunos e atualização na formação docente, pois os professores estão desmotivados e subjugados a fazer valer o sucesso de uma Base Curricular imposta por fatores externos.

A aprendizagem tradicional é avessa ao contato com os processos educacionais, a mesmice da sala de aula sem um processo dinâmico e prazeroso. Finalmente, podemos concluir que a demanda de ferramentas educacionais estão relacionadas ao processo de implantação de uma Nova Base Nacional Educacional, mas esta depende de uma movimentação na classe dos professores, em busca de uma formação equivalente às necessidades diárias de um mundo globalizado, não se pode negar que as novas ferramentas de comunicação, diálogo e interação já estão sendo utilizadas todos os dias pelos estudantes, porém, o educador (docente) precisa se apropriar dessas novas ferramentas interativas em favor da educação, de forma que eles possam usá-las na implementação da BNCC, com todas as suas habilidades e competências para ensinar e o estudante aprender e mostrar sua diversidade cultural.

A Educomunicação tem ocupado um lugar de destaque no dia a dia das instituições de ensino, desde o segundo semestre de 2020, foram diversos debates e discussões que envolvem a agenda de planejamento educacional brasileira num período da pandemia mundial, sistematicamente, ao da implementação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tudo isso porque, os cenários econômicos, culturais, sociais dependem das políticas educacionais, campo fértil para disputas governamentais.

Em relação às dimensões diretivas desta pesquisa entre a relação BNCC e Educomunicação, caracterizam-se a pluralidade na experiência do aprender a como aprender, mas considera-se a falta da relação de uma atmosfera de anuência em torno do conceito de Educomunicação como um suposto facilitador da aprendizagem.

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, a formação de professores figura-se na primeira tarefa sob a responsabilidade direta da União, que anuncia a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. Nesse sentido, em dezembro de 2018, foi encaminhado ao Conselho Nacional de Educação, pelo Ministério da Educação, o documento intitulado Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (Versão Preliminar).

Posteriormente, em 2019, foi divulgada a revisão e atualização do Parecer e da Resolução CNE/CP nº 02/2015, com o assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica. Esses foram os primeiros documentos oficiais a nortear a formação de professores para a implementação da BNCC (Amestoy, Folmer e Machado, 2021, p. 15).

No decorrer da pesquisa percebeu-se que as políticas curriculares brasileiras não abrangem, concretamente, à habilitação ao uso adequado e urgente das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC's) na formação docente. Ademais, as relações que constroem o aprendizado, nesta era pós-moderna, e os meios que as constituem são apresentadas apenas como uma abordagem instrumental na Base Nacional Comum Curricular que dirige o componente curricular para um determinado fim.

Identificou-se, dentro da literatura do documento da BNCC, a falta de relação entre habilidades/competências com o estigma relacionada à palavra Educomunicação, apenas parâmetros de apoio instrumental das tecnologias (Recursos Digitais). Entende-se que o documento da BNCC aponta para perspectivas filosóficas, as quais indagam a natureza dos componentes curriculares, a sua estrutura e a sua fundamentação teórica.

Todos reconhecem a importância das tecnologias, mas nem todos conhecem a história do aperfeiçoamento educacional por meio destas. Pensando sempre em buscar essa relação foi feito, com recursos físicos disponíveis (tecnológicos e humanos), em meio a uma pandemia mundial, esse trabalho de pesquisa na busca constante de soluções para a problemática que foi exposta e contundente neste artigo, o qual descreve o contexto político da idealização da BNCC e a sua relação, ou ausência da nomenclatura, com os meios da Educomunicação para que, realmente, se configure a implementação da Nova Base Nacional Comum Curricular de forma equânime e satisfatória.

A educomunicação é uma área que tem se mostrado cada vez mais relevante, sobretudo quando se trata de trabalhos voltados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Isso porque trabalha com a mediação de conteúdos, o que torna possível uma maior interação com o aluno e, conseqüentemente, um maior envolvimento com o que está sendo aprendido. Diante disso, alguns trabalhos que podem ser desenvolvidos para investigar a relação entre a educomunicação e a BNCC são: análise de materiais didáticos que utilizam a educomunicação como estratégia pedagógica; avaliação de projetos educacionais que envolvem a educomunicação; estudo de caso de iniciativas que utilizam a educomunicação como ferramenta de implementação da BNCC. Além disso, é importante considerar que a educomunicação é uma área em constante evolução, o que significa que novos trabalhos podem surgir a medida que novas tendências forem se estabelecendo.

Referências

ABPEDUCOM. (2021) Conceito. Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação – ABPEducom. <https://abpeducom.org.br/educum/conceito/>.

Almeida, F. J. (2006) "Por que educação em primeiro lugar? In: Fernando José de Almeida, org. *O DNA da educação: legisladores protagonizam as mais profundas e atuais reflexões sobre políticas públicas*. São Paulo: Instituto DNA Brasil, p. 14-9

Alves, N. (2014). Sobre a possibilidade e a necessidade de uma base nacional comum. *Revista e-Curriculum*, 2(3), 1464-79

- Amestoy, M. B. & Folmer, I. & Machado, G. E. (2021) *BNCC em cenários atuais: currículo, ensino e a formação docente*. (livro eletrônico) organização Micheli Bordoli Amestoy, Ivanio Folmer, Gabriella Eldereti Machado. 1. Ed. Santa Maria, RS: Arco Editores
- Bacega, M.A. (2014) Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. *Comunicação & Educação*, Ano XIV, n. 3
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Edições 70.
- Bevórt, E.; & Belloni, M. L. (2009) Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. *Educação & Sociedade*. 30(109), 1081-1102.
- Brasil. (1996) *Lei 9394/96*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo
- Brasil. (2015) Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – versão preliminar. Brasília: MEC, 2015. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>.
- Brasil. (2016) Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – segunda versão. Brasília: MEC, 2016. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>.
- Brasil. (2017a) Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – terceira versão. Brasília: MEC, 2017a. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>.
- Brasil. (2017b) Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – versão homologada. Brasília: MEC, 2017b. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>.
- Brasil. (2010a) Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. 13 de dezembro de 2010. <http://portal.mec.gov.br>.
- Brasil. (2010b) Ministério de Educação e Cultura (MEC). Banco Mundial analisa a evolução e os desafios da educação brasileira. 13 de dezembro de 2010. Disponível <http://portal.mec.gov.br>.
- COPED. (2020) Revista Magistério/ Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. – n. 10 São Paulo: SME / COPED, 2020. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/03>
- Correia, A. M. R.; & Mesquita, A. (2014) *Mestrados e Doutoramentos*. (2a ed.), Economica Editorial, 2014. 328 p.
- Freitas, H.C.L. A (2007) (Nova) Política de Formação de Professores: A Prioridade Postergada. *Educação & Sociedade*, 28(100), 1203-1230. <http://www.cedes.unicamp.br>
- Hermann, N. (2002) *Hermenêutica e Educação*. DP & A.
- Martín-Barbero, J. (2006) Retos culturales de la comunicación a la educación. Elementos para una reflexión que está por comenzar. *Revista Reflexiones Académicas*. N 12 p.54-73, Santiago: Universidad Diego Portales
- Mello, G. N. de. (2000) Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE Versão on-line <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000100012>
- Morrow, R. A. & Torres, C.A. (2005). Estado, globalización y política educacional. In: Burbules, N. C.; Torres, C. A. (Coords.): *Globalización y educación*. Manual crítico. Madrid: Editorial Popular, 31-58.
- Santos, V. B.; & Bonin, J.A (2017). A educomunicação desde experiências na educação e na comunicação: reflexões acerca de práticas articuladoras de dois campos do saber. In: Saggin, Lívia Saggin; Ferreira, Marcelo; CORNETI, Vívian (organizadores). *Pesquisa na graduação: desafios e experiências no campo da comunicação* [recurso eletrônico] /. – São Leopoldo: Ed. UNISINOS 182p. p. 147 – 162.
- São Paulo. (2004) Lei nº 13.941, de 28 de dezembro de 2004. Institui o Programa EDUCOM-Educomunicação pelas ondas do rádio, no Município de São Paulo, e dá outras providências. <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13941-de-28-de-dezembro-de-2004/detalhe>.
- São Paulo. (2005) Decreto nº 46.211, de 15 de agosto de 2005. Regulamenta o Programa EDUCOM - Educomunicação pelas ondas do rádio, instituído no Município de São Paulo pela Lei nº 13.941, de 28 de dezembro de 2004. <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-46211-de-15-de-agosto-de-2005>
- Soares, E. R. M.; & Fernandes, R. C. de A. (2014) Trabalho pedagógico colaborativo no ensino fundamental. In: Veiga, I. P. A.; & Sússekind, M. L. As (in)possibilidades de uma base comum nacional. *Revista e-Curriculum*, 12(3)
- Soares, I. de O. (2004) Mas, afinal, o que é educomunicação? Universidade de São Paulo. Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo <http://www.usp.br/nce/aeducunicacao/saibamais/textos/>
- Soares, I. de O. (2018) Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil. *Comunicação e Educação*, 23(1) <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/144832>
- Soares, I. de O. (2018) Inovação na Gestão e nas Práticas Pedagógicas: a contribuição da Educomunicação para a renovação da base curricular nacional. In: COEB/2018, VII Congresso de Educação Básica. Florianópolis: 2018. <http://www.pmf.sc.gov.br/sites/coeb2018>.
- Soares, I. de O. (2011) *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio*. Paulinas
- Soares, I. de O. (2016) “A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico”, *Comunicação e Educação*, São Paulo, v. 21, n.1 <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/110451>.
- Universidade de São Paulo. CCA – Departamento de Comunicações e Artes – ECA-USP. Licenciatura em Educomunicação. <http://www.cca.eca.usp.br/educom>.

Unesco. (1998) Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002331/233137POR.pdf>

Unesco. (2001) Educação para todos: o compromisso de Dakar. Texto adotado pelo Fórum Mundial de Educação de Dakar – Senegal, 26 a 28 de abril de 2000. Brasília: UNESCO, CONSED, Ação Educativa <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002331/233137POR.pdf>.

Unesco. (2014) Fórum Mundial de Educação de Incheon na Coreia do Sul. Declaração de Incheon Educação. Maio <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002331/233137POR.pdf>.

Volp (2021) Educomunicação. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, (6a ed.), <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/educucomunicacao>.